

Jorge Costa Pereira; 10.12.2008

Educação – Programa do X Governo

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Uma das poucas novidades do Programa do X Governo Regional na área da Educação é reconhecer que, ao fim destes anos, subsistem ainda problemas estruturais no nosso sistema educativo. Mas essa enumeração genérica, só dá, depois, lugar à especificação de um desses problemas: o que resulta dos maus resultados dos alunos dos Açores no relatório PISA 2006, que se centrou nas competências científicas dos estudantes. Convém recordar que os resultados obtidos no estudo PISA permitem monitorizar, de uma forma regular, os sistemas educativos em termos do desempenho dos alunos, procurando medir a capacidade dos jovens de quinze anos para usarem os conhecimentos que têm, de forma a enfrentarem os desafios da vida real, em vez de simplesmente avaliar o domínio que detêm sobre o conteúdo do seu currículo escolar específico.

Nesse estudo de 2006, Portugal obteve um modestíssimo resultado (37.º lugar em 57 países) e os Açores ficaram com o incómodo troféu de serem os piores de Portugal, onze pontos abaixo da média nacional.

Face a este quadro, o Programa do X Governo Regional assume como prioridade “que se definam os novos objectivos específicos que é necessário alcançar-se para que problemas como aqueles que foram revelados pelo PISA 2006 sejam progressivamente ultrapassados”.

Estamos de acordo com o postulado. Mas temos óbvias discordâncias em reduzir os problemas estruturais que persistem no sistema educativo dos Açores apenas aqueles que foram revelados pelo estudo PISA. E temos também sérias dúvidas que a explicação para aqueles problemas se relacione apenas com “a descontinuidade geográfica” ou com a “insuficiência de massa crítica”.

E temos ainda mais dúvidas sobre a adequação das medidas preconizadas ao problema existente. Com efeito, pretender centrar a resolução dos problemas detectados

no estudo PISA, por exemplo, na construção de “uma rede de informação em linha que integre todas as escolas da Região”, ou em “ possibilitar o acesso directo, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas e arquivos e museus regionais” parece-nos ser uma pura ilusão. Independentemente da bondade *per si* destas medidas, a sua execução pressupõe na generalidade dos alunos uma motivação acrescida pelo acto de aprender, um gosto continuado pela investigação, uma disponibilidade para o esforço, que estão claramente desenquadrados daquela que é a mentalidade actual que se impôs nas escolas, particularmente na escolaridade obrigatória, onde cada vez mais a maioria dos alunos apenas se dispõe aos mínimos necessários para transitar, vítimas primeiras de um sistema que não só incentivou, como permite e lhes impregnou a ideia de que não é preciso fazer muito para passar de ano. Sem se alterar este quadro, sem se mudar a mentalidade subjacente ao funcionamento actual da escolaridade obrigatória, as medidas que agora se contemplam no Programa de Governo para combater os problemas revelados pelo estudo PISA não passam de aspirinas no tratamento de uma grave doença.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Outro problema que ultrapassa o que foi detectado pelo estudo PISA, tem a ver com a implementação dos chamados Itinerários da Educação Básica nos Açores, que, em vez de ser uma resposta excepcional para casos excepcionais, está a generalizar-se de forma preocupante, criando verdadeiros guetos nas escolas, focos constantes de indisciplina e, sobretudo, empurrando muitos alunos para uma situação da qual muito dificilmente conseguem sair. Este é já um problema estrutural nas nossas escolas, para o qual se exigem respostas, e que passa ao lado das preocupações do Programa de Governo.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O Programa do Governo no sector da Educação materializa um projecto de continuidade, cuja legitimidade democrática respeitamos, mas do qual discordamos em vários aspectos.

Por outro lado, este Programa de Governo na área da Educação, é a transposição fiel e completa do programa eleitoral do Partido Socialista, com uma pequena mas muito significativa alteração: no objectivo 3, foi introduzida uma nova medida – “Valorizar a profissão e as funções docentes”.

Tomamos esta cirúrgica novidade como um sinal de mudança nas práticas futuras da tutela da Educação. Sabemos que as novas responsáveis desta área conhecem a realidade das nossas escolas, conhecem bem as razões da desmotivação e do descontentamento da classe docente e sabem muito bem aquelas que são as impossibilidades práticas e as incongruências do actual Estatuto da Carreira Docente e do sistema de avaliação dos professores. Esta constatação foi, aliás, reforçada ontem pelas palavras do Sr. Presidente do Governo que acabou por vir ao encontro das preocupações e das propostas que na Legislatura passada o PSD aqui apresentou.

E porque assim é, responsabilidades acrescidas terá a nova equipa da Educação na boa resolução destas questões, que não se resumem obviamente a minudências, mas que são estruturantes e fundamentais no bom desempenho de todo o sistema educativo.

Termino com o que aqui disse há quatro anos, com o mesmo sentido, mas com um significado acrescido:

“Não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso se nelas os professores não se revêem nem se sentem implicados.”

Este é o capital de esperança com que a renovada equipa da Educação parte. Para o bem do nosso sistema educativo, fazemos votos que não o desbarate.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Exactamente porque o desafio da Educação é sempre um desafio dinâmico; exactamente porque temos a consciência de que os grandes problemas da Educação serão sempre problemas abertos e em resolução; exactamente porque sabemos que todas as vezes que em Educação se julga atingir o objectivo pretendido, um novo mais exigente e mais audacioso se perfila no horizonte, exactamente por tudo isso, é que não conseguimos evitar o sentimento de desilusão na avaliação do actual Programa de Governo. Há nele uma contemplação estática na bondade da obra feita e um conformismo de fim de ciclo nas medidas que prevê.

Não nos convence e sabe a muito pouco numa área que é crucial para o futuro dos Açores.

Tenho dito.

Horta, 10 de Dezembro de 2008

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional